

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA**

QEBRANDO PARA APRENDER

**JUIZ DE FORA
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LIMA, Marilda Aparecida Simeão .
Quebrando para Aprender / Marilda Aparecida Simeão LIMA. --
2017.
42 f.

Orientador: Elaine Ribeiro da Silva dos SANTOS
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas.
Especialização em História da África, 2017.

1. Continente africano. 2. Escravizados. 3. Quebra-cabeça. 4.
Mapa da África. I. SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos, orient. II.
Título.

MARILDA APARECIDA SIMEÃO LIMA

QUEBRANDO PARA APRENDER

Ferramenta para se conhecer o continente africano, a partir de um quebra-cabeça.

Relatório final apresentado à
Universidade Federal de Juiz de Fora,
como parte das exigências para a
obtenção do título de pós-graduada em
História da África.

Orientador (a): Prof ^(a). Elaine Ribeiro

Juiz de Fora
2017

Dedico este trabalho ao meu início, chamado mãe, e à minha existência, minha filha.

Agradeço aos meus ancestrais pela generosidade histórica, pela qual nos deixaram o legado chamado família, na qual podemos nos apoiar sempre. Agradeço também aos meus professores e à coordenadora deste curso que tanto me agregou e fortaleceu meus conhecimentos. A luta é pessoal, mas se caminha rumo à vitória. Esta que se constrói no coletivo.

RESUMO

Há muito a história e a cultura afro-brasileira têm sido ocultadas em favorecimento de histórias eurocêntricas. Apesar da contribuição que esse povo deu para a formação da identidade brasileira, os africanos são vistos, muitas vezes, apenas como aqueles que foram escravizados em território brasileiro. Assim sendo, se faz necessária uma discussão ampla sobre a história do continente africano por muitos desconhecida. Com base nas diretrizes da Lei nº 10.639/03, que vai além do ensino de África e africanidade, buscou-se com este trabalho dar visibilidade a este território que é tão importante e, ao mesmo tempo, tão pouco discutido. O quebra-cabeça aqui apresentado como material didático se mostra como um instrumento que deve ser utilizado para apoiar e auxiliar professores e alunos que se disponham a estudar o berço da humanidade, como o continente pode ser chamado. Desmistificar a ideia de África como unidade, trabalhar a ludicidade, a partir do momento em que se aplica os conteúdos necessários se validando de um jogo, e colocar em discussão o continente africano são os principais objetivos aqui explorados.

Palavras-chave: Continente africano. Escravizados. Quebra-cabeça. Mapa da África.

SUMÁRIO

RESUMO	5
1 INTRODUÇÃO	7
2 QUEBRANDO PARA APRENDER: O CONHECIMENTO ADQUIRIDO COM O QUEBRA-CABEÇA DA ÁFRICA.....	13
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A história da África nos bancos escolares sempre foi negada. Diversos foram os motivos para tal negligência. Falta de interesse, de conhecimento, de força de vontade ou, até mesmo, uma forma de se perpetuar o racismo. Essa tentativa de se ocultar a história de um povo muito contribuiu com o preconceito, sendo este a falta de conhecimento. Quando mencionadas, as histórias estavam sempre relacionadas à escravidão de uma forma que se perpetuava a imagem dos escravizados como “coitados”, “miseráveis”, ou de um povo sem história, afirmando, assim, a visão do escravizador. Dessa maneira, se impediu que a história de um continente amplo, rico, contemplado com uma história única, história esta que contribuiu com desenvolvimento de toda a humanidade, chegasse ao conhecimento de brancos, negros e qualquer outra etnia, cujos indivíduos fossem instruídos, unicamente, pelos bancos escolares. Mesmo negando ou silenciando a história desse continente, de todas as formas possíveis, como, por exemplo, retirando-lhes o direito de usar sua língua materna, sua religião, etc., falharam ao impedir que essa história povoasse o imaginário do povo brasileiro, tendo em vista que carregamos em nosso corpo a ancestralidade.

A história desse país, denominado Brasil, o qual tem em seu nome a origem de uma árvore, o Pau-brasil, é marcado pela desvalorização das raízes e da contribuição de alguns povos que compõem este elenco, tais como os indígenas e os negros. Todavia, sem a colaboração dos povos africanos não teríamos um país continental, como o Brasil, tendo em vista que a construção cultural desse território é composta por várias etnias, assim como as raízes do Pau-brasil.

A condição social do povo preto no Brasil evoluiu muito pouco do período da escravidão até os dias de hoje. Trocamos os castigos dos troncos pelas cadeias, sendo essa uma alternativa para silenciar e tirar da sociedade uma parcela de seres que os incomoda; substituímos as senzalas pelas favelas, agrupamentos de um povo que está por sua própria conta, à margem da sociedade. A mão de obra se baseia no, de fato, mínimo, “salário mínimo”, sendo esse o menor valor possível de remuneração. Joel Rufino dos Santos nos afirma isso quando escreve:

Nos terreiros de candomblé, isolada das outras há uma casinha perigosa e proibida: o ilê ibó, casa de adoração aos mortos. O mundo dos negros e dos

índios tem sido o ilê ebô da história do Brasil. (SANTOS, 2011, p.8).

Mesmo com todo esse cenário, o povo preto, emanado pela força da ancestralidade e a memória de onde adveio, jamais deixou de lutar, de resistir e de fazer desse local, a diáspora, seu local de pertencimento. Povo esse que, inclusive, se constrói e reconstrói, seja contando suas histórias ou lutando para permanecer nelas. Podemos constatar nos livros, onde se registra as histórias das nações, com o esforço dos pesquisadores e as manifestações dos povos em seus agrupamentos, a trajetória marcada por lutas e resistência. A priori, no seu território de origem, lutando pela liberdade, para permanecer junto aos seus. Depois, nos porões dos navios, usando o banzo, música, corpo e a memória, etc. Não faltaram ferramentas. Após aportar no Brasil, as lutas pela liberdade e dignidade foram constantes. Segundo os registros, podem ser citadas as fugas, os abortos, os suicídios e a formação dos quilombos. Bem como podem ser destacadas as várias revoltas que ocorreram em nosso território, tais como a Revolta dos Malês (1835), Revolta das Carrancas (1833), e a Revolta da Chibata (1910). Em todas as partes do território brasileiro os negros não deixaram de acreditar na vida, na liberdade e em seus direitos. Entre as manifestações de resistência do africano na diáspora, não podemos deixar de citar os movimentos negros organizados, que, após anos de luta contra o preconceito, racismo e a discriminação de toda e qualquer forma, construíram um documento com o coletivo de várias frentes organizadas no Brasil. Documento este composto de várias reivindicações que buscavam a melhoria de setores como saúde, moradia, educação, a realização de uma reforma agrária e, ainda, a titulação de terras ocupadas por remanescentes quilombolas. Esse documento foi entregue ao então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, em um momento histórico, onde se comemorava o tricentenário de morte do herói do povo negro, na diáspora, o grande guerreiro Zumbi dos Palmares. Esse ato resultou na promulgação da Lei nº10.639/03, assinada pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Lei esta que estabelece a alteração na Lei 9.394/96, que diz respeito às diretrizes e bases da educação nacional, pela lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Não se trata apenas de uma lei, se trata de conferir a todos a responsabilidade de sua implantação. Isso porque, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2004, p. 503):

“Caberá, aos admiradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros.”

A elite brasileira ainda insiste em tratar esse povo, os africanos, possuidores de uma diversidade étnica, histórica, religiosa, política e social ampla, tal qual, fosse uma unidade cultural e inferior. Além de desconsiderar que o processo da miscigenação implicou em eventos violentos como os “estupros consensuais”, fatos da história que não podem ser negados e mostram que a colonização tinha e tem o objetivo de desqualificar as riquezas e características da cultura africana. O processo de destruição da cultura do povo africano se dá de várias formas e espaços. Ou se nega a sua existência ou apropria-se da mesma, de uma forma que os valores se invertem: o criador vira coisa e a criatura passa a ser o mentor e a determinar em qual espaço esses seres que utilizam tal forma de expressar sua cultura, como extensão de seu corpo, onde a memória ancestral se faz presente, podem se manifestar. Assim, portanto, surgem espaços como as escolas de samba, os terreiros de Candomblé, de Umbanda, etc.

Como a luta é constante, há a necessidade de ferramentas, que possam auxiliar na efetivação de uma educação quantitativa e qualitativa, que contemple todos os alunos, independente de sua etnia. Entendendo que o preconceito se dá pela falta de conhecimento, a qualificação dos profissionais da educação tem que ser constante para que possa, além de atualizar com idoneidade, pensar e formular ferramentas que auxiliem em suas práticas.

As justificativas utilizadas pelo europeu para tentar explicar o porquê de se ter escravizado o povo africano e, ainda, ter feito do novo território, o atual Brasil, sua colônia de exploração, hoje, são consideradas completamente incoerentes. Sabemos que não há argumentos que possam justificar tal conduta. Seus interesses eram financeiros e tamanha a necessidade de se manter no poder, fez com que utilizassem outros seres para o alcance de tal objetivo, cerceando-lhes, portanto, sua liberdade e direito de viver. As atitudes do colonizador europeu levaram milhares de seres humanos ao cativeiro eterno.

Às vezes, me questiono o real significado da palavra liberdade. Isso porque nos encontramos presos, acorrentados de várias formas: histórica, cultural e

economicamente. Que gosto terá a liberdade? A nossa luta é constante e complexa, pois tirar as amarras da crueldade de uma escravidão, desatar os nós de uma terra que nos explora de todas as formas e nos reinventar, enquanto seres sobreviventes na diáspora africana se faz necessário do amanhar ao adormecer. As nossas escolhas não são nossas, são apenas migalhas que nos oferecem nesse território.

Falar do continente africano com propriedade é remendar pequenos pedaços da história de um povo, que foi recortada pela crueldade de um continente “civilizado”. Estes remendos nos relavam algo próspero, rico econômica e culturalmente. A imagem que se passa e se vem afirmando é a de que o único espaço, em escala mundial, onde há pobreza é o continente africano. Tentam nos convencer de que nesse espaço só há mato e que o povo que ali habita é aculturado. E, principalmente, cultuam a ideia de que nos fizeram um favor ao retirarem nossos antepassados de seu território de origem e lhes levarem para uma terra onde não são donos de nada, onde, nem sequer, são considerados seres de direito. Mas, ao tomarmos o conhecimento, que nos apresenta Joel Rufino (2011, p. 19), de que a selva representa menos de vinte por cento (20%) do território, e o deserto cerca de trinta por cento (30%) e, juntos, não somam a metade da superfície do continente, percebe-se que, mais de cinquenta por cento (50%) desse território é composto por

estepes, savanas, regiões montanhosas, zonas mediterrâneas, pantanais, vales de rios compridos – Níger, Congo (que já foi chamado de Zaire), Nilo, Zambeze, Ubangui, Orange –; grandes lagos – Turcana, Alberto, Chade, Quivu, Vitória, Tanganica – repletos de flamingos. Favoráveis à vida humana. Mesmo a floresta densa e úmida e os desertos, como por exemplo, o do Saara, o da Namíbia, da Somália e o Kalahari, não são completamente inóspitos. (SANTOS, 2011, p. 19)

Chego, portanto, à conclusão de que não conhecemos nossas origens, apenas o que carregamos em nosso corpo e em nossa memória ancestral, que resiste à invasão da mente de alguns africanos na diáspora. Após ler essa parte do texto, percebo que a riqueza mineral da África serviu e serve para alimentar a ganância da Europa. Esta, que ainda hoje se valida dos bens do continente outrora explorado. Sua fauna teve um papel muito importante, fornecendo alimentos em abundância para os povos que habitavam esse local, denominado berço da humanidade, pois abrigava mamíferos de grande porte, como búfalos, antílopes,

elefantes, rinocerontes, hipopótamos, zebras e leões, além das aves, como o avestruz, a cegonha e o flamingo. Boa parte dessa fauna ainda hoje é sacrificada em função de suprir necessidades do homem, tais como alimentar os habitantes, embelezar os exploradores (cosméticos), divertir os curiosos (safáris e zoológicos), etc.

As condições geográficas e históricas desse território sempre foram favoráveis àqueles que o habitam. Os africanos conheciam a riqueza de seu subsolo. Vários reinos exploravam e faziam uso do mesmo, de diversas formas, utilizando-o, por exemplo, como objeto de trocas, de barganhas e ainda adornos para o corpo. Além disso, era usado nas tecnologias, tais como construção de ferramentas, fundamentais para o lar e a agricultura, podendo se citar a faca e facão, amplamente utilizados.

É notável, nessa terra, a abundância de minerais, tais como Ouro, Cobre, Rádio, Cobalto, Diamante, Platina, Cromo, Bauxita (mineral do qual se extrai a alumina, que, após processamento, dá origem ao alumínio). O conhecimento e a exploração de elementos, como os anteriormente citados, de acordo com o livro de Rufino, Na Rota dos Tubarões, podem ser datados de 800 anos antes da Era Comum, apresentando-se, assim, como práticas antigas e recorrentes. O comércio sempre foi uma atividade que deu sustentação aos povos, pois com base nessa prática foi e é possível preservar sementes, negociar territórios e adquirir bens de grande valor agregado. Esse fato, no entanto, facilitou a ocorrência de várias atrocidades, motivadas pela necessidade de se suprir os desejos e satisfazer a cobiça.

Assim como outras partes do mundo têm suas diferenças climáticas, culturais e econômicas que compõem sua diversidade, na África isso não é diferente. Se pensarmos no Brasil e suas regiões, as diferenças entre Norte e Sul se dão em várias frentes e modos. Apesar de serem todos “brasileiros”, os indivíduos, nesse vasto território, lidam diretamente com as peculiaridades da região a qual pertencem. Essas, em grande maioria das vezes, são próprias desse lugar e se diferenciam, em muitos aspectos, das características de outras localidades. Diferenças essas que podem ser notadas no sotaque, na cultura, na forma de estar e perceber o mundo. Podemos notar ainda, se comparando as regiões geográficas, suas diferenças climáticas. Essa diversidade, contudo, não foi empecilho para que o ser humano se desenvolvesse, enquanto sujeito histórico.

A África, berço da humanidade, também tem suas divisões regionais. África Meridional, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Setentrional são as macro regiões que, unidas, compõem toda a extensão territorial do continente africano. Cada uma dessas regiões tem suas particularidades e é definida por demarcações territoriais. Demarcações essas que dão origem, em um mesmo continente, a variados países. Através do mapa político de um território podemos conhecer um pouco de suas divisões, como o nome dos países, sua localidade, delimitações territoriais e seus rios. O mapa político do Brasil, por exemplo, nos apresenta os nomes dos estados, capitais, cidades, dentre outros aspectos.

2 QUEBRANDO PARA APRENDER: O CONHECIMENTO ADQUIRIDO COM O QUEBRA-CABEÇA DA ÁFRICA

É inegável a contribuição que os escravizados trouxeram para a diáspora e, assim sendo, a escola tem a obrigação de ressaltar e valorizar sua cultura, contando os fatos, tal qual aconteceram, e destacando as lutas e a resistência desse povo para a formação da autoestima e identidade do povo brasileiro.

A preocupação com uma educação plural e inclusiva sempre esteve presente no imaginário do povo africano neste território. A luta por uma educação que valorizasse a história da África e que não fosse discriminatória tem seu registro nos anos 1930, com a Frente Negra Brasileira. O grande líder Abdias do Nascimento, responsável pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), na década de 40, formulava políticas públicas que podem ser consideradas as primeiras propostas de ação afirmativa no Brasil. O Movimento Negro Unificado (MNU), fundado no ano de 1978, articulou, juntamente a outros movimentos sociais e intelectuais, a importância de um currículo escolar que contemplasse a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira. Em 1995 se deu a Marcha do grande líder negro, Zumbi dos Palmares, onde a capital do país, Brasília, foi tomada por negros e negras de todos os estados. Esse, por sua vez, foi um dos maiores momentos de reivindicações de políticas públicas para a população negra.

Desse extenso e resistente movimento resulta a Lei nº 10.639, assinada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de Janeiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96. Essa, portanto, tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira. Mesmo após outorgada a lei, a oferta de material didático é escassa e a formação acadêmica dos profissionais da educação ainda engatinha para a efetiva promoção da igualdade racial.

Percebe-se, portanto, que a “desfolclorização” do universo não eurocêntrico, para que se alcance, de fato, a igualdade racial, onde todos os indivíduos são sujeitos históricos de direitos, faz-se necessária e apresenta extrema importância. Logo, as práticas pedagógicas, de atitude de respeito à diversidade, são responsabilidade de todo o ciclo educacional, devendo se iniciar nos primeiros anos escolares.

Buscando atender àquilo que é previsto por lei e trabalhar na formação de

seres críticos, capazes de discernir e respeitar tudo o que não é comum a eles, é necessário que se invista em medidas que busquem mudar e aprimorar o modelo de educação vigente, de maneira que essa se torne inclusiva e não mais seja vista como disseminadora de preconceitos. O mapa do continente africano que produzi como material didático para o trabalho de conclusão do curso Pós-Afrika se baseia na elaboração de um quebra-cabeça, cuja imagem a ser montada é uma representação do continente africano. Com essa estratégia, busco, dentre outras coisas, desmistificar a ideia errônea, que muito se propaga, da África como um país e não como um continente. Ideia essa que vem somada à incompreensão acerca da dimensão do território e da quantidade de países que o compõem, bem como suas localizações na extensão continental. Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, clama a atenção da sociedade ao perigo de uma “história única”. Isso porque, de acordo com a tese por ela defendida, a história das nações passou a ser definida por estereótipos que, em grande maioria das vezes, nem sequer levam em conta todas as faces e múltiplos aspectos que a compõem. Chimamanda Adichie (2009), em uma de suas falas, ressalta que o preconceito e a caracterização das sociedades por um único adjetivo não são exclusivos do continente africano. Vários outros povos são tachados por padrões que lhes concebidos por uma concepção.

O mapa, obtido ao se fazer o correto encaixe das peças do quebra-cabeça, é um instrumento com o qual o professor e os alunos da educação básica, que compreende do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, poderão se orientar em relação à localidade de um determinado povo, país, cultura, riquezas materiais, etc. O material poderá ser utilizado como ferramenta para se trabalhar vários conceitos pertinentes à educação básica, o que lhe torna, além de um brinquedo, um artifício para se trabalhar, de forma lúdica, o conteúdo que precisa ser tratado.

Ao pensar no material didático produzido, o mapa do continente africano em quebra-cabeça, comecei a cogitar as várias possibilidades de se obter conhecimento através desta ferramenta. Imaginei-o sendo útil no ensino da matemática, do português, de artes, geografia e história. Mas, o que mais me interessou foi a ideia de poder utilizá-lo como brinquedo. Brincar com as peças, retirando-as do lugar em que estavam e colocando-as em outro lugar, desafiando minha filha para ver quem conseguia o perfeito encaixe das peças mais rapidamente. Apostando quem tinha o maior número de acertos ao responder o

nome de qual país começava com respectiva letra. Depois passei a imaginar quanta informação era possível se obter naquele jogo fragmentando, o quebra-cabeça.

O trabalho com educação tem que ser prazeroso, deve ser divertido, principalmente na educação infantil. Nesta, o brincar e aprender estão entrelaçados, brincamos e aprendemos ao brincar. As brincadeiras, os “faz de conta”, levam os alunos a fazer suas descobertas, a pesquisar e, assim, acenam suas curiosidades. O aluno, ao interagir com os colegas, através dos brinquedos ou brincadeiras, está trocando conhecimento. Nesse momento ele deixa de ser aluno, para ser ele, criança, em seu mundo. Mundo no qual passa o que sabe e aprende o que ainda não sabe. Esses momentos ricos devem ser criados pela escola, pois, é de suma importância para todos e pode possibilitar ao docente fazer suas observações e elaborar suas intervenções.

Pensando em atender a essa perspectiva de proporcionar momentos em que haja a troca de conhecimentos, o material didático, mapa do continente africano em forma de um quebra-cabeça, foi elaborado com ferramenta propulsora. Isso porque, as observações dos alunos os levam, juntamente com seus professores, a levantarem hipóteses e a pesquisarem, podendo, se validar do conhecimento necessário a respeito desse rico continente. Conhecimento este construído a partir do interesse dos alunos. A história da África e dos africanos será vista sob um novo olhar. Será uma descoberta coletiva e não aquela pautada na fala única de um professor ou livro didático.

Tendo em vista a forma como foi elaborado e ao fim a que se destina, o material didático será melhor aproveitado, no sentido de se possibilitar maiores abordagens e funcionalidades da ferramenta, na educação infantil. A ludicidade é, em grande maioria das vezes, mais desenvolvida nessa fase estudantil. No entanto, o mapa ainda é um instrumento cartográfico de extrema importância, que pode ser utilizado por professores do ensino fundamental I e II.

Trata-se de um jogo de quebra-cabeça feito em MDF, placa de fibra de média densidade, em tradução livre para o português. Pode ser jogado por qualquer pessoa, não se restringindo a determinada faixa etária. O recorte da placa foi feito a laser. Para sua elaboração foi necessário papel adesivado, cola de madeira e imã. O mapa, que deve ser montado por aqueles que o utilizem, foi ampliado e impresso em papel contact, de modo que, se tornasse mais fácil sua fixação à caixa que o acompanha.

O jogo de quebra-cabeça fica dentro de uma caixa, também de MDF, que serve para guardá-lo, quando não utilizado. A caixa serve também para guiar o jogador, já que, em sua tampa, há um mapa idêntico ao que deve ser montado com as peças que compõem o jogo, servindo, portanto, de referência para o jogador.

O mapa refere-se ao imperialismo europeu, dividindo o continente em colônias. Dessa forma, no quebra-cabeça, os países são representados por peças e, todos aqueles que, no período colonial, foram invadidos por um mesmo país, são pintados da mesma cor. Ao todo o jogo é composto por 30 peças.

As funcionalidades do mapa:

1. Ser utilizado apenas como brincadeira;
2. Conhecer o continente africano (mudar a ideia errônea de África como um único país);
3. Ter contato com vários países;
4. Conhecer a divisão política de um continente;
5. Contato com a escrita (nomes dos países);
6. Se trabalhar o conceito de quantidades (quantidade de países e regiões);
7. Se trabalhar as cores (cada região é representada por uma);
8. Unidade de medida (distância de um país a outro);
9. Localidade (qual país se localiza no litoral ou no interior, macro região na qual se localiza cada país).

O mapa funciona da seguinte maneira: é um jogo de quebra-cabeça, no qual se deve pegar as peças e encaixá-las de acordo com as cores e posições que completam o desenho adequadamente, tendo como base a imagem expressa na tampa da caixa onde se deve guardar o brinquedo.

O professor pode jogar com seus alunos. Pode contar um conto africano e retirar do mapa a parte na qual se localiza o país a que está se referindo, mostrando-a a seus alunos, para melhor compreensão.

Em aulas, buscando satisfazer tudo o que aqui se aponta, como o propósito de tornar a educação inclusiva, foi apresentado aos alunos do 1º período da educação infantil, da Escola Municipal do Ipiranga, em Juiz de Fora – MG, o livro “Bruna e a galinha d’Angola”, da autora Gercilga de Almeida. A escolha do livro mencionado se pautou na adequação do mesmo a critérios que garantam aos

alunos da educação infantil uma boa compreensão do material, tais como um tamanho adequado de fonte, ilustrações que completam a história de forma brilhante e ainda uma linguagem coerente à faixa etária proposta. Além de representar a temática africana, possibilitando se trabalhar a ludicidade e apresentar uma nova forma de ser ver o mundo. A finalidade inicial de se utilizar o livro era o de apresentar a África, com destaque para o país de Angola, seus costumes, valores, religião e cultura. Contudo, o trabalho descrito foi além do que se esperava, devido à curiosidade manifestada pelas crianças. No decorrer da história, surgiram inúmeras dúvidas acerca do animal referido, galinha d'angola, fazendo com que fosse necessário, por exemplo, o acesso à internet e a outras fontes de pesquisa para se buscar novas informações e, assim, sanar os questionamentos surgidos.

Vale ressaltar ainda que o livro “Bruna e a galinha d’Angola” foi escolhido posteriormente para outra atividade, já que, dentre outros contos africanos apresentados e trabalhados de forma lúdica com as crianças, este foi o que mais lhes despertou interesse em aprofundar seus conhecimentos a respeito dos personagens principais. Ademais, baseando-se no livro, foi possível trabalhar, por exemplo, o alfabeto da Língua Portuguesa. Haja vista que a cultura brasileira sofreu enorme influência de culturas africanas e, por isso, há, por exemplo, várias palavras que são comuns às duas línguas que vemos no livro, quais sejam, o português e o kimbundu de Angola. Sendo assim, foi possível ensinar cada letra do alfabeto, associando-a a algo que outrora fora citado no livro.

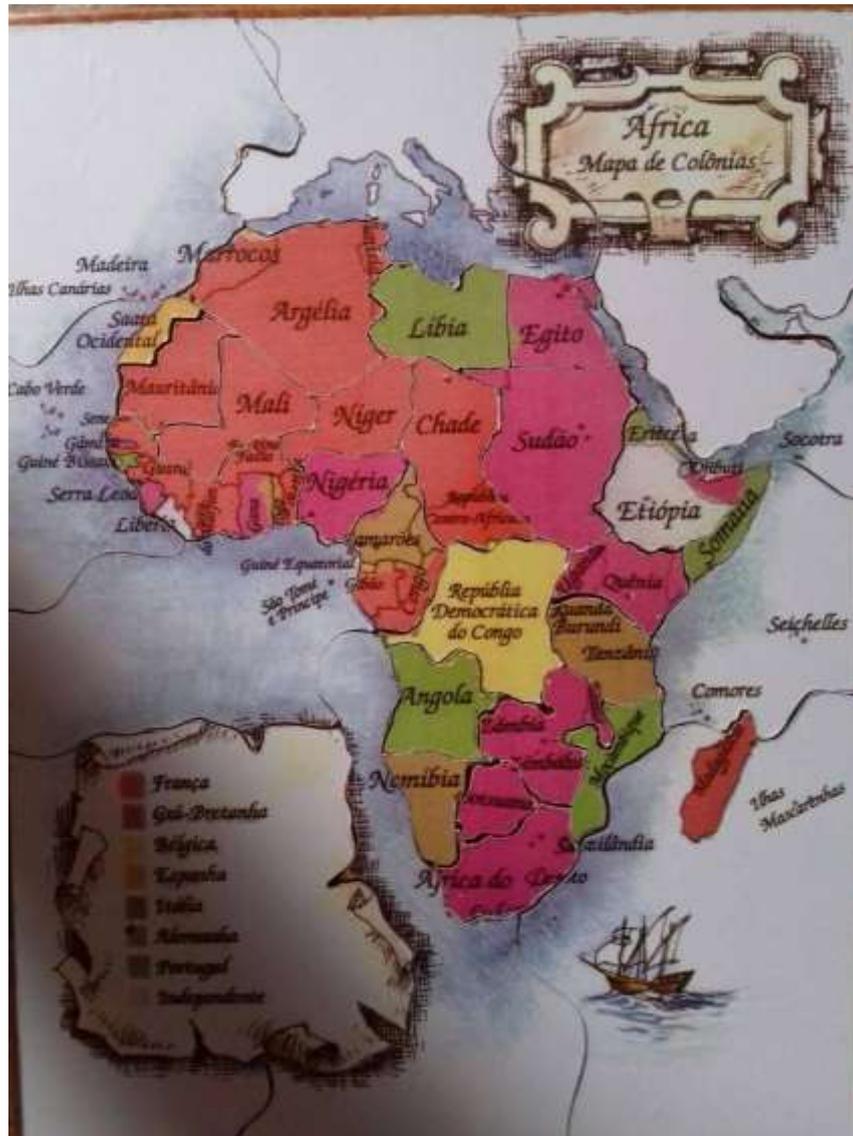
A finalidade inicial de se utilizar o livro era o de apresentar a África, com destaque para o país de Angola, seus costumes, valores, religião e cultura. Contudo o trabalho descrito foi além do que se espera devido curiosidade manifestada pelas crianças, no decorrer da história, despertou inúmeras dúvidas acerca do animal referido, fazendo com que fosse necessário, por exemplo, o acesso à internet e a outras fontes de pesquisa para se buscar novas informações e, assim, sanar os questionamentos surgidos.

É fato que todos os momentos de abordagem das letras que compõem o nosso alfabeto foram de extrema importância para a construção do conhecimento necessário àquelas crianças. Todavia, não cabe explicitar neste trabalho a descrição completa de como foram realizados todos esses momentos. Porém, pretende-se ressaltar, apenas, o momento em que se apresentou aos alunos a letra “M”. Foi feita a leitura coletiva do alfabeto, com enfoque para a letra M. Apresentou-se às crianças

um mapa do continente africano e o mapa da América, destacando nesses, respectivamente, a localização de Angola e Brasil. Com o auxílio de um barbante, foi possível que cada um delimitasse seu território em sala de aula. Foi lhes dado, impresso em papel para que pudessem representar o que imaginam que havia nesse espaço, uma fração do continente africano, correspondente ao território de Angola. Além disso, o refrão da música “Dança do Quadrado” foi utilizado como método de interação.

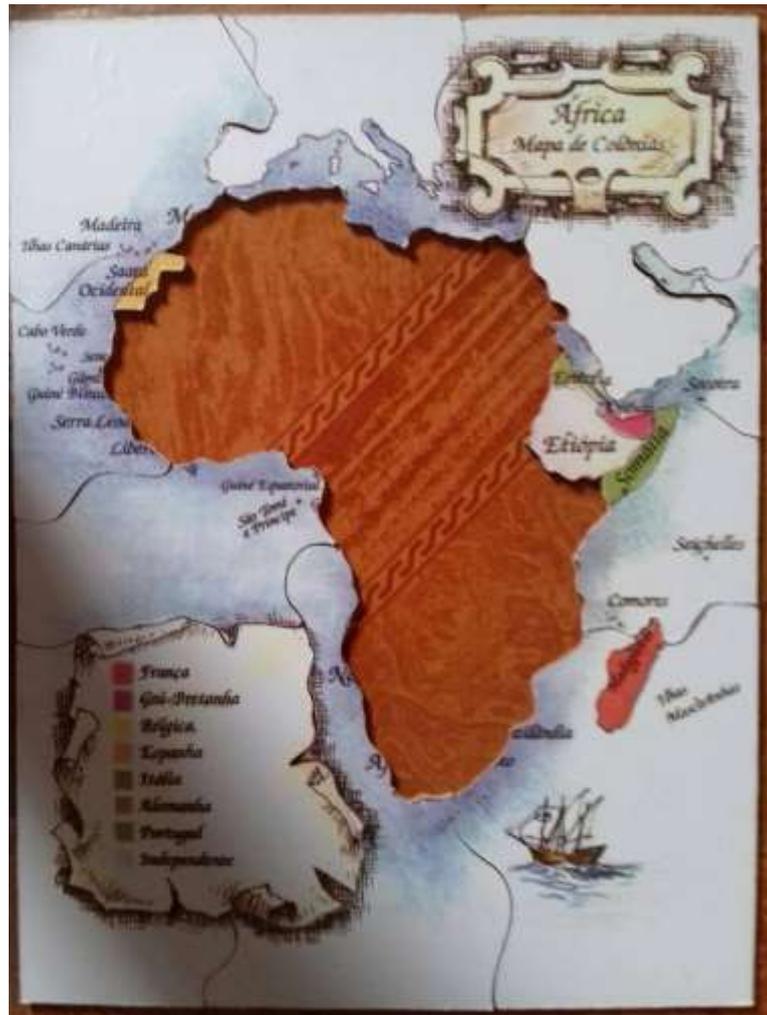
Conforme expusemos acima, sobre o trabalho de alfabetização, sugerimos que o docente pode distribuir uma peça do jogo (referente a um país) para cada aluno e pedir para que façam uma lista dos países distribuídos, colocando-a em ordem alfabética. Poderá, ainda, pedir para que cada aluno leia o nome do país que foi entregue a ele, podendo, também, pedir para que falem o que sabem de tal lugar. O professor poderá sortear as peças e pedir uma pesquisa a respeito dos países sorteados, abordando, por exemplo, povos, cultura, clima, religião, colonizador, riquezas, etc., e assim que os alunos forem apresentando seu trabalho as peças vão se encaixando, dando origem, no fim, ao mapa completo do continente. Poderá também retirar as peças de onde os escravizados brasileiros supostamente moravam em África e os alunos poderão perceber, visualizar as lacunas que ficaram.

Figura 1 – Mapa do continente africano, montado a partir de peças de um quebra-cabeça.



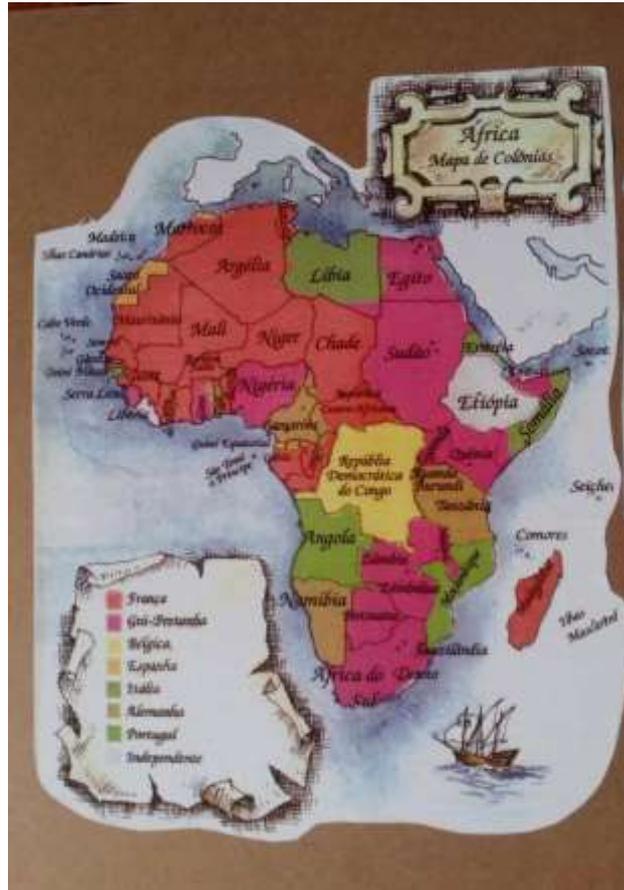
Fonte: Do autor.

Figura 2 – Algumas peças do quebra-cabeça que dão origem ao mapa do continente africano.



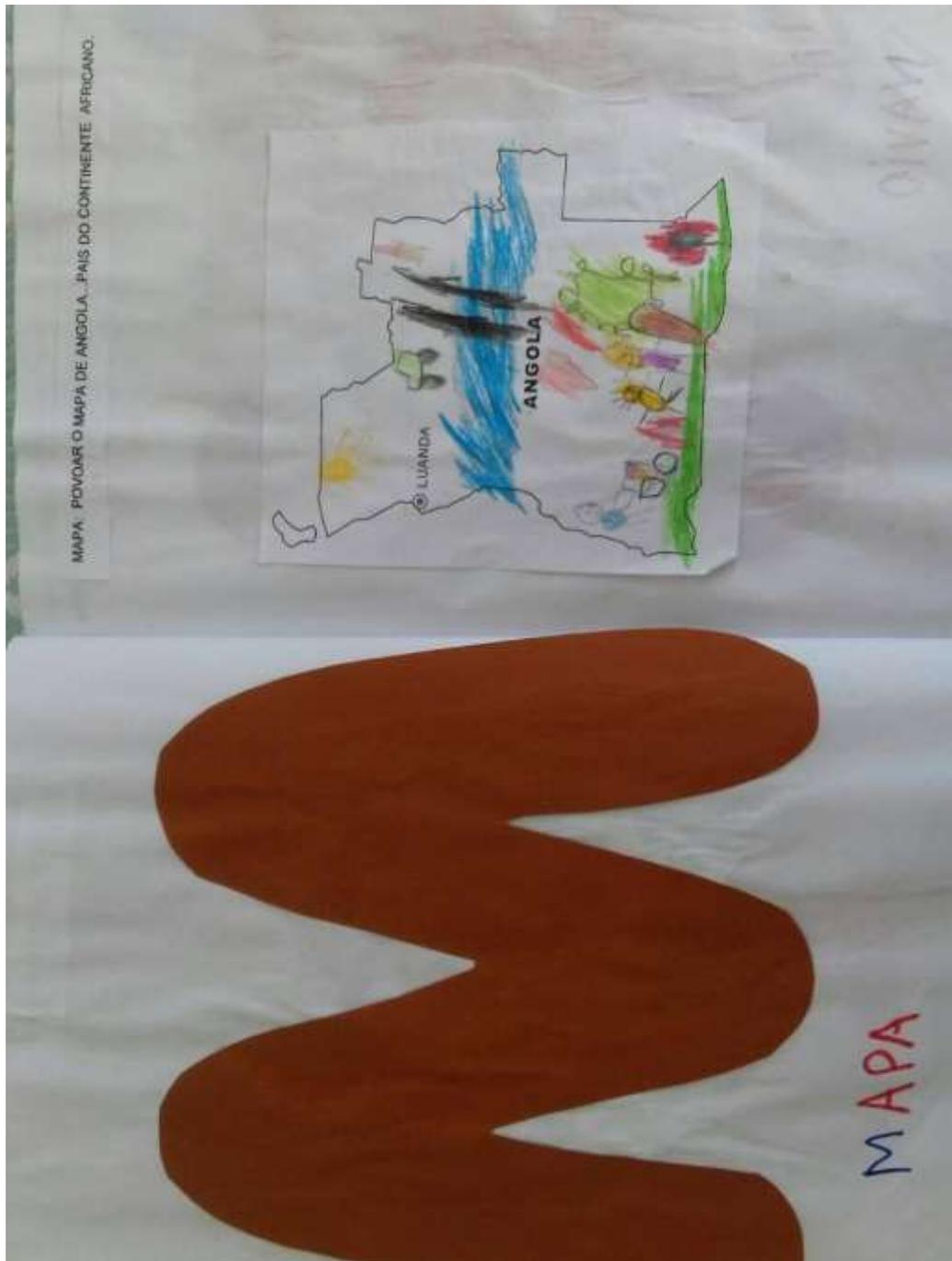
Fonte: Do autor

Figura 3 – Algumas peças do quebra-cabeça que dão origem ao mapa do continente africano.



Fonte: Do autor

Figura 4 – Momento de aprendizagem da letra “M”, baseado em trabalho desenvolvido com o livro “Bruna e a galinha d’Angola”, em escola de Juiz de Fora-MG.



Fonte: Do autor

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou notar a necessidade que há em se tratar, em sala de aula, os temas que se relacionam com a temática história e cultura afro-brasileira.

Aspectos como esses, que foram de extrema relevância para a construção da identidade brasileira não podem e não devem ser tratados com superficialidade pelo ensino desse país. Nomear a data de vinte de Novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” é válido, quando se tenta referendar um herói do povo preto, como foi Zumbi dos Palmares. Mas, julgar que somente esse dia ou, no máximo, a “Semana Marrom”, aquela que compreende o dia anteriormente mencionado, é suficiente para se abordar todas as questões que devem ser faladas é, no mínimo, errôneo, porque é insuficiente. Desta forma pode-se perceber a importância da Lei nº 10.639/03, o que ela promulga e sua relação, não só com o mundo acadêmico, mas também com toda a sociedade, de um modo geral. Esta possibilita, por exemplo, a efetivação de cursos de formação continuada, onde os professores, além de adquirirem novos conhecimentos, que dão sustentação as suas práticas pedagógicas, são estimulados a pensar em novas ou, ainda, reformular as velhas ferramentas. Ferramentas essas que podem auxiliar em suas aulas.

O material didático que foi apresentado, por si só, representa muito, tendo em vista que, ao visualizá-lo, percebemos um continente formado por vários países, que nos contam histórias que fazem parte da história da humanidade. O instrumento produzido possibilita que se faça a relação com o tempo, que se desvende o passado desse povo, que se referende o presente e que se sonhe com um futuro onde a educação não seja apenas quantitativa, mas, também, qualitativa. Futuro no qual o preconceito seja visto como um impulso para se buscar novos conhecimentos e efetivar a instauração de uma educação que não seja representativa de poucos e, sim, que conte a história de todos. Brincar com o mapa, obtido ao se montar corretamente o quebra-cabeça, é algo que pode ser desempenhado por qualquer indivíduo. No entanto, este material só será uma ferramenta de apoio para o professor se o mesmo intencionar planejar, pesquisar e brincar de conhecer esse continente, rico em cultura, em história, em solo, fauna, etc. As ferramentas pedagógicas só são eficazes se quem as usa tiver o mínimo de conhecimento e,

principalmente, se esse tiver boa vontade em aprender e ensinar o que até então era desconhecido.

Muito se diz sobre não se ter as ferramentas adequadas para se trabalhar o que é apontado nas diretrizes da lei anteriormente mencionada. Contudo, o material desenvolvido e aqui apresentado, busca evidenciar que não é preciso grandes investimentos para que temas pouco falados sejam integrados à vivência em sala de aula. O material busca mostrar que uma ideia, quando planejada e desempenhada de maneira tal que se busque os melhores resultados, tem sempre bons frutos. Um único instrumento pode ter várias aplicabilidades. Uma única ferramenta pode proporcionar o alcance de inúmeros conhecimentos. Um mapa pode dizer muito sobre um continente.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gercilga de. **Bruna e a galinha d'Angola**. Rio de Janeiro: EDC – Ed. Didática e Científica e Pallas Editora, 2009.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

SANTOS, Joel Rufino; FONSECA, Rafael (ilustrador). **Na rota dos tubarões: o tráfico negreiro e outras viagens**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

ADICHIE, Chimamanda. **The danger of a single story**. TED, Ideas worth spreading, 2009 (legendado).

Disponível em:
https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt Acesso em: janeiro de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS

PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA

PROFESSORA ORIENTADORA: Carolina dos Santos Bezerra Perez

ALUNA: Marilda Aparecida Simeão

Os estudos sobre as várias Áfricas e as histórias intrigantes e ricas desse povo, que me ligam ao meu passado, ditam o meu presente e me dão o poder de uma escolha rica em relação ao meu futuro, têm me levado ao desafio de refletir sobre os meus anseios e as razões que me levaram a matricular-me no curso de pós-graduação em História da África, já que passei muitos anos fora dos bancos escolares. Desafio que me faz reportar de modo reflexivo as minhas origens.

Nasci no estado de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, no dia 28 de fevereiro do ano de 1966. Bem, tenho que justificar, pois meus documentos datam o meu nascimento 1º de maio deste ano. O que faz com que eu tenha dois momentos de existência, sendo um o momento no qual eu fui concebida e o outro o que o capricho do capitalismo determina. Minha família é relativamente pequena, somos três irmãos, sendo eu a mais velha. Mas, por outro lado, tenho tantos tios e tias que me fogem os números para contá-los.

Sou filha de um pai que estudou até o ensino médio e de uma mãe que tem só o quarto ano primário. Contudo, para ela, a educação escolar era e é muito importante, uma vez que acredita que o conhecimento pode fazer a diferença na vida das pessoas. Entrei para a escola aos oito anos de idade, não tendo cursado a pré-escola, pois onde morávamos nesse momento não era oferecido pelo governo, havendo, unicamente, como opção aos alunos da educação infantil, uma escola particular.

Estudei o 1º ano em uma escola pública municipal e do 2º até o 4º ano primário em outra escola pública, mas do estado, ambas na cidade de Juiz de Fora - MG. Nesses dois espaços, sempre estive em turmas de alunos repetentes, mesmo nunca tendo repetido o ano escolar. Nunca compreendi os critérios adotados pelo

centro educacional para selecionar e, assim, agrupar os alunos em uma determinada turma.

Na escola onde cursei do 2º ao 4º ano primário, conheci um pouco mais das violências, que os espaços que, teoricamente, deveriam proteger podem oferecer ou reproduzir. Adquiri boa parte de meus conhecimentos acadêmicos em uma instituição particular, que foi do 5º ano do atual ensino fundamental até o 4º ano do curso de magistério. Conhecimentos esses custeados com bolsa de estudos, oferecida por um deputado federal, patrão de minha mãe, contratada por esse parlamentar para trabalhar como faxineira em sua residência. Confesso que a escola me assustava muito, pois ali eu estava por minha conta e sabia que não poderia errar. E o fato de não poder errar te amordaça, você se torna tímido, pois não poderá também experimentar e/ou ousar.

A fala que carregava, era a de minha mãe, que nos dizia sempre, “não sou mulher de porta de escola e não tenho tempo para ir a este lugar”. E era pura verdade! Seu tempo era dedicado ao trabalho externo, como faxineira, e interno, mantendo o espaço em que vivíamos e administrando a família. Talvez nos momentos de festa, nos primeiros anos de nossos estudos, ela tenha ido até lá. Depois nem para renovar a matrícula, já que a mesma renovava-se automaticamente.

O desejo de meu avô era ter uma filha normalista, mas não foi possível. Sua felicidade completou-se quando realizei esse feito. Para ele era muito importante as letras e, sempre que tinha oportunidade, comprava um jornal para se informar sobre o que estava acontecendo no Brasil e no mundo. Mero detalhe é o fato de que ele não sabia ler e escrevia seu nome com muita dificuldade, pois tinha frequentado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Lembro-me de que ainda criança eu tinha muita vontade de aprender. Aprender tudo que alguém estivesse disposto a me ensinar, ler, escrever, bordar, tricotar, etc. Talvez levada pela intuição de que o conhecimento poderia nos tirar da situação em que vivíamos. Na minha juventude ingressei em vários movimentos sociais, tais como a UJS (União da Juventude Socialista), presente na revisão dos documentos que compunham uma parte da constituição de 1988. Este ato se deu na cidade de Belo Horizonte no ano de 1985, se não me falha a memória. Participei também de movimentos da igreja, auxiliando como catequista e na organização dos espaços, grupo de jovens com peças teatrais e encontro de religiosos. Integrei

movimentos sociais de bairros, (UNIBAÍRO). Mais tarde filiei-me a um partido político, Partido dos Trabalhadores (PT), que me levou a conhecer um movimento de negros, denominado Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu no estado de São Paulo, no ano de 1978.

Foi nesse contexto em que tive contato com vários questionamentos do povo preto brasileiro. Pude entender um pouco mais desse povo que me representa (africanos na diáspora) e os significados de algumas palavras, bem como, negros e negras, lutas, resistência, igualdade, direitos, educação, saúde, juventude, dentre outros. Neste momento muitas coisas passaram a fazer sentido e as perguntas foram se tornando cada vez mais frequentes, sendo que algumas já foram respondidas e outras ainda necessitam de respostas. Paralelamente, surgem novas dúvidas.

A contribuição do Movimento Negro Unificado (MNU) nos estados brasileiros tem se dado em várias frentes. Na cidade de Juiz de Fora não foi diferente. Aqui, o MNU tem construído, com vários representantes de luta e resistência, associações como os conselhos, sindicatos, movimentos estudantis e movimentos culturais, de modo que contribui, grandemente, com as organizações já citadas, com as religiões de matriz africana e com a sociedade, de um modo geral. Guardo não só em minha memória afetiva, mas também em documentos, boa parte das ações desse agrupamento político, ao longo dos 21 anos da Seção JF, de resistência e luta que muito contribuiu e contribui, para o lugar do negro juiz-forano na sociedade.

A festa do tricentenário de Zumbi dos Palmares, na qual o povo preto invadiu Brasília, a capital do país, foi um marco histórico. Além da ação de reverenciar o aniversário de morte de um herói do povo preto, o ato contou com representantes de todos os estados brasileiros. Em meio a shows de Milton Nascimento foi entregue ao então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, o Estatuto da Igualdade Racial. Documento este que foi construído por vários movimentos negros e demais movimentos sociais na luta contra o racismo. Mais tarde, uma parte das reivindicações, que constava no documento, foi sancionada a lei 10639/03, pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que incluía a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Todas as tribos que clamavam por vida, liberdade e igualdade de direitos estavam presentes no evento. Acredito que tenha sido o

maior encontro organizado por reivindicações de direitos da diáspora africana no nosso território e eu, felizmente, estava presente, de modo que trago em minha memória a realização por ter vivenciado um momento de tamanha importância para mim e para o povo que me representa.

Em um determinado momento de minha vida fui abraçada por uma religião de matriz africana, o candomblé, onde fui iniciada no culto de Voduns como, Ekede de Oya, na casa de Oya Bagam, Kwe Oya Wajidenan. Encontrei lá mais um pouco de mim e muito do mundo. Sempre que estou nesses territórios do sagrado, vivo e sinto que uma nova forma de vida é possível, que o capitalismo não engoliu minha essência. Minha ancestralidade me liga a outro espaço que, tamanha sua cultura e imensidão, faz com que eu ainda “engatinhe” em seus caminhos, mesmo após 14 anos de iniciação.

No ano de 2006, após o nascimento de minha filha, percebi que para estar inteiramente com ela e orientá-la seria necessário usar as ferramentas do conhecimento. Estas são indispensáveis no combate às desigualdades sociais, haja vista que, é no seio da comunidade onde o outro determina seus espaços e dita seu modo de ver, pensar e agir, considerando, por vezes, suas convicções mais certas que a dos outros indivíduos. Dessa maneira, vi que era necessário que eu retornasse ao banco escolar para que pudesse educá-la e prepará-la para conviver em coletividade do melhor jeito possível, buscando não tratar e nem aceitar ser tratada de modo desigual.

Prestei concurso para professora de educação infantil e fui trabalhar em uma creche. Matriculei-me em um curso de graduação em pedagogia. Agora tinha a minha filha e os meus alunos que precisavam mais do que eu podia oferecer naquele momento. Na faculdade, no curso de pedagogia, as temáticas história e cultura Afro-Brasileira se restringiam às aulas de História. A fala de alguns professores, mesmo na faculdade, ainda era de uma África país e não continente, com uma história única, uma cultura única.

Continuo na busca de conhecimentos pessoais e que os mesmos possam contribuir para a minha existência e essência, onde minha prática, como docente, possa contribuir com a troca de conhecimento em todos os ambientes que eu venha a ocupar.

REPENSANDO A APRENDIZAGEM

Decidir iniciar esse curso foi desafiador, permanecer nele está sendo mais ainda. Fazer escolhas é muito difícil, mesmo se tendo consciência do que se quer. Sempre almejei estar onde estou. Cecília Meireles, em seu poema “Isto ou Aquilo”, nos fala de escolhas e é assim que me encontro nesse momento. Sei que são escolhas temporárias. Boa parte das coisas estará em seu devido lugar daqui a pouco tempo e novas escolhas virão. Todavia, não deixa de ser sacrificante e doloroso deixar todos os finais de semana, a família, para viver uma escolha pessoal. Sendo que, muitas vezes, me vejo impossibilitada de compartilhar o que estou vivenciando.

Fico viajando com os aprendizados passados pelos professores durante toda a semana. Brinco dizendo que passo a semana dormindo com um professor (a) e como temos aulas todo final de semana, antes de acordar, já vem o outro. As aulas da professora Sonia Miranda foram extremamente profundas para mim, isso porque, pude perceber que ao compartilhar minhas memórias, estou falando de histórias de luta, resistência, de outro olhar para a vida. A visita ao museu da Maré me proporcionou conhecer uma parte do meu passado, que estava ali, presente nos detalhes daquela herança cultural. Uma parte da história daquele museu se confunde com minha história de vida.

Com a professora Pérses conheci os “Griots” e sua importância para a humanidade. Foi possível fazer um paralelo com as histórias contadas por meus avós. Histórias de fé, religião, famílias, lutas, resistência, racismo, preconceito, machismo, enfim, histórias de gente! Pude então me questionar acerca do que se modificou, indagando-me, por exemplo, sobre termos ou não crescido como seres humanos e acerca da forma como se constituem as áreas de poder e luta. Com o relato oral de suas práticas docentes, na construção de um espaço griot, percebi que as escolas, ao contrário do que deveriam ser, são locais de silêncio ou, no muito, de uma só voz. Fato esse que tornou o lugar, idealizado e construído pela professora Pérses, como um ambiente de valores para os alunos. Foi o poder da voz, da expressão do corpo, que pode compartilhar histórias vividas e, principalmente, ouvidas pelos seus pares.

Olhei também para as minhas práticas docentes e me perguntei “o que tenho feito? Como estou percebendo os meus alunos? Como são constituídos os espaços de diálogos? Eles existem?”. Ouvi professores que nasceram no território africano, além-mar, compartilharem conosco uma parcela de suas histórias de vida, onde está presente a dor, luta, resistência, respeito, mas, ao mesmo tempo, o amor à terra a qual pertencem. Percebi a força da ancestralidade. Notei que as ligações de um povo não se rompem com facilidade. A luta se faz por todos os lados e de várias formas.

A cultura dos povos, em um primeiro momento, é retirada e combatida para que esse povo se cale e não reaja às atrocidades vividas. Nesse cenário, a cultura surge e se constitui como uma ferramenta para manter viva a memória dos guerreiros. Os trabalhadores são constantemente explorados, em todos os sentidos: sua força física, sua história de vida e, principalmente, sua sabedoria, enquanto os exploradores tentam negá-la. Nas aulas da professora Elaine, foi maravilhoso trazer, para nosso conhecimento, as manifestações das reivindicações dos valores profissionais dos carregadores no continente africano. A crueldade do ser humano me fez perceber os outros animais que fazem parte da diversa fauna do nosso país. Como são tratados por nós, os “animais racionais”? Qual o tamanho do respeito que dedicamos a eles?

O professor Mahfouz Adnane, em suas aulas, nos falou a respeito da “africanização do islamismo”, abordando a colonização em seu país. Pude perceber como as religiões e os africanos se relacionam, com as imposições do colonizador. A reestruturação do sagrado para que faça sentido.

Durante as aulas tenho refletido muito sobre minha formação acadêmica e militância. Pude perceber que, desde os primeiros anos escolares, a minha formação foi violentada de inúmeras formas. Nos primeiros anos de estudo, na escola pública, sempre fui assediada pelas professoras, que acreditavam e propunham que eu deveria desempenhar, apenas, o trabalho doméstico. Na época, acreditava que era por eu ser uma criança de estatura elevada, com um corpo bem desenvolvido, aparentando mais idade do que realmente tinha. Mas hoje, vejo que não era isso, era o racismo se apresentando, tendo em vista que, negros e negras, na visão eurocêntrica, têm um papel determinado pela sociedade. Os conflitos entre os alunos eram frequentes e invisíveis aos olhos dos adultos. As turmas eram agrupadas pela cor da pele, sem levar em conta os conhecimentos adquiridos.

Lembro-me de que as únicas vezes em que se referiam ao povo africano era após o intervalo. Com suas falas preconceituosas, que se referenciam sempre ao corpo, criticando-lhe, pelos movimentos incessantes e o odor causado pelas brincadeiras de pique pega, corda, etc. Mas, coitados, eles não tinham o conhecimento de que os povos europeus fediam e que o povo africano tinha medo desse cheiro forte, pois lhe associava ao cheiro da morte, de acordo com o que é proposto pelo historiador Alberto Costa e Silva.

Em relação aos livros didáticos o que me vêm são as imagens dos negros acorrentados. Não tenho lembrança dos contos de fada, que se referem às princesas, procuro em minha memória e chego a pensar que tem pouco tempo que elas surgiram, pois não fizeram parte da minha infância e adolescência. Os oito anos que estudei na escola particular foram, claramente, diferentes. Talvez pelo fato de que lá havia docentes negros. Estes faziam uma defesa geral sobre igualdade de direitos. Entretanto, em relação ao conteúdo, reproduziam o que havia nos livros didáticos ou, ainda, se calavam. Tínhamos uma matéria chamada OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e quem lecionava era um professor negro, que também era pastor da Igreja Batista, Erasto. Ele, sempre que questionado sobre algo fora do contexto escolar, dizia, “o homem e o universo Paralelo!”. Agora entendo que, ao fazer tal afirmação, queria ressaltar que o mundo, em si, não se baseava unicamente nos assuntos abordados pelos livros didáticos e, sim, num conjunto destes e de inúmeros outros aspectos que, muitas vezes, não eram vistos como passíveis de uma abordagem escolar.

A falta de alunos negros nessa instituição era notória. Não só havia uma carência de negros, como também, o nível social entre os alunos era bem diferenciado. Muitas vezes, quando convidada para as festas, eu era a única negra. A partir do momento em que comecei a militar no movimento negro tal fato passou a me incomodar, afinal, meus amigos “não eram racistas”, mas outros negros não eram convidados para as comemorações. Por que será que não tinha um mundo colorido igual ao meu? Percebi que fazia parte de um mundo invisível. Para eles, eu não tinha origem, desejos, identidade ou sexo. Eu era apenas a amiga “Marildinha”.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - INTERVENÇÕES

Sempre me incomodaram as questões escolares, tendo em vista que quase nunca se refere ao continente africano e seu povo, com exceção da “Semana Marrom”, que consta em todos os calendários escolares. Vale ressaltar que a abordagem de assuntos que abrangem o povo africano e sua trajetória, durante a semana mencionada, é obrigatória, devendo, necessariamente, constar nos documentos de registro de atividades escolar. Porém, questiono-me: como se trabalhar em cinco dias, toda a complexidade de riqueza de um continente e seu povo? Continente este que tem milhões de anos, e é chamado de berço da humanidade, fatores esses que servem como alternativa para se referendar a lei 10639/03, que diz respeito à obrigatoriedade de se levar para a sala de aula mais aspectos sobre a cultura Afro-Brasileira. Assim, o curso de pós-graduação em História da África, tem apontado caminhos para programar atividades que são desenvolvidas ao longo do ano letivo, em quase todos os conteúdos que tangem o continente africano e a inclusão social. De uma forma que as crianças possam brincar, aprender e se perceberem como sujeitos de sua própria história.

Posso relatar dois momentos em escolas diferentes, nas quais atuei como professora. Um deles na escola João Panisset e outro na escola Maria Aparecida Sarmiento, ambas da rede municipal de Juiz de Fora. A primeira, por sua vez, se localiza no bairro Santa Paula, onde trabalhei com 20 crianças, por dois anos consecutivos, na educação infantil - 1º e 2º período. Na primeira reunião de pais e responsáveis, após relatar todos os informes necessários, levei para eles a fala do professor e pesquisador Mário Sérgio Cortella, que nos questiona sobre a educação que temos destinado aos nossos filhos, em relação ao meio ambiente. A fala era “que filho irá deixar para esse mundo?”. Baseando-nos na reflexão desse questionamento, passamos dois anos repensando os espaços, conhecendo um pouco mais do meio em que vivemos e seu funcionamento.

Dessa forma, trabalhamos a água, o lixo escolar, os alimentos, as relações interpessoais e o meio ambiente. Na festa junina, realizada na escola, montamos uma barraca de guloseimas da terra, sempre chamando a atenção das crianças para a preservação e valorização desse meio. A partir da lenda africana “Onilé”, contada e recontada, passamos a recordar tudo que já havíamos trabalhado, passeamos pela escola, observando os espaços. Em outro momento, sorteamos as

fichas com os nomes dos quatros elementos – terra, água, fogo e ar – e cada grupo teve que comentar sobre seu elemento.

Figura 1 - Alunos de escola municipal de Juiz de Fora, João Panisset, realizando um exercício de memória, para registrar o que lhes remetia aos quatro elementos da natureza.



Fonte: Do autor

Figura 2 - Alunos de escola municipal de Juiz de Fora, João Panisset, realizando um exercício de memória, para registrar o que lhes remetia aos quatro elementos da natureza.



Fonte: Do autor

Figura 3 - Alunos de escola municipal de Juiz de Fora, João Panisset, realizando um exercício de

memória, para registrar o que lhes remetia aos quatro elementos da natureza.



Fonte: Do autor

Figura 4 - Alunos de escola municipal de Juiz de Fora, João Panisset, realizando um exercício de memória, para registrar o que lhes remetia aos quatro elementos da natureza.



Fonte: Do autor

Após a atividade de associar os elementos da natureza a outros elementos, ilustrados nas figuras de 1 a 4, foi construído o “Castelo de Onilé”, utilizando-se, para tanto, de blocos de madeira e figuras geométricas (Figura 5). As

crianças puderam, ainda, preparar “Onilé” para a grande festa, bem como na lenda, e, através do trabalho em grupo, puderam trocar informações e as roupas da boneca. Como conclusão do trabalho, baseado na lenda anteriormente mencionada, os alunos apresentaram, na reunião de pais e responsáveis, um teatro relacionando-a aos elementos da natureza.

Figura 5 - Castelo construído, com o uso de blocos de madeiras e figuras geométricas, pelos alunos da escola João Panisset.



Fonte: Do autor

Figura 6 – Teatro apresentado pelos alunos da escola João Panisset, acerca da lenda africana

“Onilé”.



Fonte: Do autor

No ano de 2015, com a ajuda das crianças do primeiro período da escola João Panisset, conseguimos apresentar para os pais e responsáveis uma das lendas africanas sobre Onilé.

Outro momento a ser destacado ocorreu na Escola Municipal Professora Maria Aparecida Sarmento, localizada no bairro Jardim Casa Blanca, na cidade de Juiz de Fora - MG, onde leciono no 1º ano do ensino fundamental 1. Essa é uma escola pequena, sendo minha sala composta por 16 alunos. Nessa instituição existe um projeto de contação histórias, denominado “contar história para o coletivo”. Projeto no qual todos devem contar uma história durante o ano, podendo essa ter a participação dos alunos, contando com leitura, dramatização ou outra performer. Em um dado momento, percebeu-se a necessidade de se contar histórias que elevassem a autoestima daquelas crianças. Buscou-se, portanto, a representatividade dos contos africanos, através de bonecas tais quais as histórias contadas. Foi um sucesso, haja vista que a representação das bonecas tinha uma semelhança com aquelas crianças e seus questionamentos.

Numa determinada ocasião, uma das contadoras do próximo mês disse que iria fazer um teatro de sombra, já que faltava pouco para o mês da consciência

negra. Acredito que meu corpo me traiu, pois no outro dia ela veio me procurar, me questionando o porquê de eu não ter aprovado a ideia por ela proposta. Eu tentei disfarçar, alegando que ela havia se enganado e eu não era contrária à execução do teatro, mas ela insistiu e me pediu que lhe recomendasse um livro. Depois de relutar um pouco, disse que possuía um livro muito significativo para mim, “Os Cabelos de Lelê”. No dia de sua apresentação, eu fiquei muito surpresa, ela havia feito uma boneca de pano tal qual a personagem do livro. Fiquei admirada ao perceber que ela havia se esforçado para ressaltar todos os detalhes da personagem, citados no livro. Cabelo, boca, roupa, olho, tudo perfeitamente copiado. Ela teve o cuidado de preparar o local com música e vários elementos que nos levava ao mundo da personagem. A contação foi um sucesso, as crianças amaram até mesmo aquela que não gostava de ouvir histórias de meninas africanas brincou e vibrou com a boneca e a apresentação. No final, acabei ganhando sendo presenteada com a boneca, ela me disse que fez pensando em mim, pois tinha ficado incomodada com a minha reação.

A próxima professora a contar a história também teve outra boneca assim como a personagem principal do livro “As Tranças de Bintou”. Por fim, no enceramento do ano, tivemos a terceira boneca negra, com os traços semelhantes aos da personagem do livro. Agora era a “Jamela”. Na última reunião pedagógica discutimos o que tinha acontecido em relação à atividade e o rumo que tomou, ficando decidido que a contação passaria a ser um projeto da escola e que, a partir do ano de 2016, as contações de histórias teria que ter a temática da diversidade.

Neste ano de 2016 avançamos um pouco mais e registramos no PPP - Projeto Político e Pedagógico da escola uma proposta que prevê a contação de histórias mensalmente, tendo como tema principal, a diversidade. Todas as três histórias infantis, tratam da estética negra. Elas questionam e têm respostas através da família. Apesar de abordarem a mesma temática, entre si, as histórias são diferentes, de modo que as crianças se identificaram com seus próprios questionamentos.

Claramente, é uma iniciativa válida, mas que ainda é pequena, perto de tudo o que se tem para contar e tudo o que se deve dizer. Todavia, hoje com o curso em História da África, acredito adquirir materiais necessários, não só para implantar os projetos fundamentais ao reconhecimento dos alunos negros e não negros, reconhecendo este povo que contribuiu para o desenvolvimento da humanidade e

tem sua história negada, mas também, para assegurar a continuidade do mesmo. A formação continuada é de extrema importância e pode contribuir para diminuir esta lacuna entre o ensino e aprendizagem. A lei deve promulgar a implantação da cultura africana na grade escolar, para além da Semana Marrom.

Figura 8 – Projeto de contação de histórias, realizado na Escola Municipal Maria Aparecida Sarmiento.



Fonte: Do autor

Figura 8 – Mural elaborado na Escola Municipal Maria Aparecida Samento, baseada no livro “Os cabelos de Lele”.



Fonte: Do autor

Figura 9 – Participação no evento em homenagem ao tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares, em Brasília, no ano de 1995.



Fonte: Do autor

Figura 10 – Participação no evento em homenagem ao tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares, em Brasília, no ano de 1995.



Fonte: Do autor